

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, nºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

Entre nós, o Parque das Nações, na zona sul de Lisboa onde se realizou a Expo'98, tem sido apontado como exemplo de enobrecimento. Porém, ao contrário da experiência das cidades do Norte da Europa e da América, no caso português não há desalojamento forçado de residentes, mas tão-só substituição de velhas instalações industriais por novas áreas residenciais, de consumo e de lazer. Parece mais acertado, portanto, falar-se de reabilitação urbana, isto é, de enobrecimento sem desalojamento de residentes. O Bairro Alto, em Lisboa, é um outro caso de falso enobrecimento na década de 1980, pois tratou-se da criação de um “bairro cultural” que convive com a presença dos moradores tradicionais.

Carlos Fortuna

Escola pública

Do ensino básico ao ensino superior, a escola pública e o acesso à educação são dois fatores indissociáveis. Sem a escola pública, a participação crescente no sistema educativo não teria sido possível. Como teriam estado mais limitados e sido mais lentos os fatores de promoção de integração social, de igualdade, de liberdade, de emancipação, de participação cultural, de disseminação da democracia, entre muitos outros. Todavia, entre as suas virtudes, a escola pública sempre transportou consigo as suas próprias contradições. Tal como outras instituições, ainda que tenha servido os intentos dos assalariados e das suas famílias, a escola pública serviu mais ainda os interesses dos empregadores. Por outro lado, perante os atuais elevados níveis de precarização e de desemprego, tornou-se incapaz de cumprir as suas promessas de inclusão. Acrescendo ainda o facto de a igualdade de oportunidades, que lhe é tão cara, nunca ter passado de uma miragem em virtude dos vários mecanismos de seleção social e económica que a própria escola pública desenvolveu.

Sitiadas pela crise e pelas retóricas neoliberais que proclamam e concretizam a redução das despesas públicas, a educação e as instituições que dela se ocupam entram no século XXI sob os auspícios do seu definhamento. É verdade que as contradições da escola pública estão igualmente presentes na escola não pública, que tem, também ela, as suas contradições intrínsecas. Desde logo, o facto de depender de recursos públicos e de, com frequência, não se alinhar pelos princípios da laicidade estatal. Porém, a crise da escola pública não deriva da sua oposição à escola privada. Deriva, sim, do facto de a

educação ter passado a ser considerada, pelas correntes hegemônicas, como um negócio e um mercado como outro qualquer. Neste contexto, as escolas, incluindo muitas das públicas, filtram e triam internamente os seus alunos de modo a poder ter alunos que querem aprender e pais que, angustiados para garantirem o sucesso dos filhos, querem que estes aprendam. A escola que corresponde ao modelo de sucesso não é pública nem privada. É aquela onde os pais são os primeiros professores e onde a seletividade impera. A questão é que, cada vez mais, a imagem da escola pública vem sendo acantonada em contextos sociais e geográficos em que a segregação impede a replicação dos fatores que definem o modelo hegemônico de sucesso.

Paulo Peixoto

Espaço público

A noção de espaço público remete para o modo como nas sociedades modernas se constituiu e institucionalizou uma esfera de intermediação entre o Estado e a sociedade civil, onde se expressa publicamente a opinião sobre assuntos do interesse coletivo ou que, relevando de interesses privados, são passíveis de disputa coletiva. Buscando inspiração em Habermas, é o espaço da formação da opinião pública, do debate e do uso da razão argumentativa, onde se podem digladiar opiniões e posições distintas, gerar consensos e dissensos, legitimar vontades políticas ou contestar outras. São diversas as instâncias em que o espaço público se materializa, destacando-se os meios de comunicação social de massas, a rua e, mais recentemente, os novos espaços de debate e formação de opinião proporcionados pela internet.

Referenciada privilegiadamente a um ideal de democracia, esta concepção de espaço público estipula em teoria a possibilidade de participação livre e universal na disputa de opinião, na formação das agendas políticas e no julgamento público das decisões que afetam os coletivos. No entanto, a história tem demonstrado os limites desse espaço de possibilidades. Baseado em instâncias de mediação reguladas e codificadas, o acesso às possibilidades de expressão e visibilização é muito condicionado, não só socialmente (quem tem acesso), mas também política e normativamente (a que temas e posições se reconhece pertinência). O reconhecimento destas limitações e a alegada tendência para o recolhimento dos cidadãos na esfera da privacidade têm alimentado visões decadentistas sobre o espaço público, que denunciam o seu declínio, erosão e perversão.